

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.484.093 - SP (2019/0112476-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ISMAEL SIDNEI MOREIRA TORRES (PRESO)
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FABRICIO DOS SANTOS OLIVEIRA - DEFENSOR PÚBLICO -
SP419524
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ISMAEL SIDNEI MOREIRA TORRES contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - RUA DA GLÓRIA.

Quanto à controvérsia, alega violação do art. 44, § 3º, do CP, no que concerne à possibilidade de substituição da pena conforme previsto no citado dispositivo legal quando, ausente reincidência específica, trazendo os seguintes argumentos:

Importa mencionar que apenas a certidão de fls. do apenso referente a 19ª Vara Criminal de São Paulo pode ser utilizada em desfavor do recorrente, servindo para a caracterização da reincidência não específica. Os demais apontamentos da Folha de Antecedentes (v. Apenso, fls. 05/11) não indicam condenação transitada em julgado. Ademais, trata-se de delito que não envolve violência e grave ameaça à pessoa, consistente na subtração de três camisetas, dois alicates e uma chave Philips (v. denúncia). O recorrente tampouco é reincidente específico. (fl. 213).

Ocorre que todos os acusados são presumidamente inocentes até a sobrevinda de sentença penal condenatória e a mingua de tal demonstração de forma inequívoca, não podem apontamentos da Folha de Antecedentes serem tomados em prejuízo do acusado.

[...]

No entanto, o v. acórdão considerou que as anotações da Folha de Antecedentes (sem apontamento de condenação criminal transitada em julgado), por si só, impediriam a substituição. (fl. 214).

É o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, o Tribunal de origem, ao examiná-la, fundamentou da seguinte maneira:

Embora reincidente não específico, Ismael não atende aos requisitos

subjetivos previstos no artigo 44, III, do Código Penal, para o gozo da substituição de pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direitos. Isto porque o acusado ostenta inúmeras anotações em sua folha de antecedentes, inclusive por crimes patrimoniais, de modo que, conforme o postulado pelo Ministério Público, entendo que a substituição não é suficiente e adequada ao caso em tela. (fl. 183)

Assim, na espécie, analisar a possibilidade de substituição da pena prevista no art. 44 do CP, de modo a examinar a qualidade das anotações na folha de antecedentes para constatar a existência de condenação com trânsito em julgado demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório constante nos autos, o que atrai a incidência do óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no Resp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e Resp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente